
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de abril de 2016, com ressalva decorrente do atraso na construção da planta de geração de energia elétrica, com prazo para 1 de julho de 2014. Desde a referida data, a Administração havia protocolado sucessivos pedidos de postergação de prazo e isenção de penalidades na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Considerando o estágio das negociações a época, não foi possível para o auditor anterior se satisfazer quanto à inexistência de impactos financeiros que pudessem vir a afetar negativamente de forma material as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2015, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2015 tomadas em conjunto.



Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC 1RJ092563/O-1

Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.**Balço patrimonial em 31 de dezembro****Em milhares de reais**

	Nota explicativa	2016	2015 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.008	174
Contas a receber	7	1.284	-
Impostos a recuperar		1	79
Despesas antecipadas e outros valores a receber		33	1
		7.326	254
Não circulante			
Imobilizado	8	151.753	154.229
Intangível	9	3.004	3.008
		154.757	157.237
Total do ativo		162.083	157.491
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	6.903	5.824
Provisão para custos socioambientais	15	573	-
Conta de ressarcimento - CCEE	11	491	-
Debêntures	12	-	18.695
Financiamento BNDES	13	4.283	4.597
Outras contas a pagar	14	870	365
		13.120	29.481
Não circulante			
Financiamento BNDES	13	60.108	40.983
Partes relacionadas	23	189	-
Provisão para custos socioambientais e desmobilização	15	1.304	1.749
		61.601	42.732
Total do passivo		74.721	72.213
Patrimônio líquido	16		
Capital social		95.392	88.521
Prejuízos acumulados		(8.030)	(3.243)
Total do patrimônio líquido		87.362	85.278
Total do passivo e do patrimônio líquido		162.083	157.491

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2016	2015
Operações continuadas			
Receita de vendas de energia	17	12.821	-
Custo com geração de energia	18	<u>(8.161)</u>	<u>(121)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		4.660	(121)
Despesas gerais e administrativas	19	<u>(1.348)</u>	<u>(388)</u>
Lucro (prejuízo) operacional		3.312	(509)
Despesas financeiras	20	(7.917)	(30)
Receitas financeiras	20	<u>316</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(7.601)</u>	<u>(30)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.289)	(539)
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>(498)</u>	<u>(23)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(4.787)</u>	<u>(562)</u>
Prejuízo do exercício por ação do Capital Social (Em R\$)	16	<u>(4,93)</u>	<u>(1,18)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	21.595	(2.681)	18.914
Integralização de Capital (nota 16)	66.926	-	66.926
Prejuízo do exercício	-	(562)	(562)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	88.521	(3.243)	85.278
Integralização de Capital (nota 16)	6.871	-	6.871
Prejuízo do exercício	-	(4.787)	(4.787)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	95.392	(8.030)	87.362

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(4.289)	(539)
Ajustes de resultado		
Depreciação e amortização	6.456	6
Juros e variações monetárias	6.319	-
(Aumento) Redução de ativos		
Contas a receber	(1.284)	-
Impostos a recuperar	78	(3)
Despesas antecipadas	(32)	-
Outros créditos	-	3
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	1.079	-
Conta de ressarcimento CCEE	491	-
Obrigações fiscais	191	188
Partes relacionadas	189	-
Caixa gerado (aplicado) pelas operações	9.198	(345)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(214)	(15)
Pagamento Debêntures - juros	(5.546)	(19.345)
Pagamento de financiamento - juros	(5.376)	0
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.938)	(19.705)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(3.076)	(29.793)
Aumento intangível	(161)	(1.738)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5.175)	(51.236)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento Debêntures - principal	(13.950)	(60.693)
Captação de financiamento	19.138	45.157
Pagamento de financiamento - principal	(1.050)	-
Integralização de capital	6.871	66.926
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	11.009	51.390
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5.834	154
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	174	20
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.008	174
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5.834	154

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Transações não envolvendo caixa: Juros capitalizados no imobilizado de R\$ 722 (2015: R\$ 13.475).

1. Informações gerais

A Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. (“Companhia”), com sede na Avenida Nilo Peçanha, 50 – sala 1101, Rio de Janeiro – RJ, foi constituída em 28 de outubro de 2011, tendo como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, estando o parque eólico localizado no município de Pindaí, no Estado da Bahia. A Companhia é 100% controlada pela BW Guirapá I S.A.

A Companhia que tem 29,60 MW de capacidade instalada foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 52, de 9 de fevereiro de 2012.

As operações de geração de energia da Companhia iniciaram em fevereiro de 2016.

O cronograma físico de implantação, atrasou por motivos alheios à gestão do projeto. Após sucessivos pedidos de alteração do cronograma físico de implantação, a ANEEL publicou os Despachos nº 383 em 22/02/2016 e o nº 2717 em 14/10/2016, concatenando o início de operação do parque com a data da disponibilização das instalações de transmissão da subestação SE Pindaí II, 16/11/2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital circulante líquido encontra-se, negativo, em R\$ 5.794 mil, (Em 2015 R\$ 29.227 mil). Tal redução decorre do início das operações da Companhia, que passou gerar o caixa esperado pela Administração para a reversão deste indicador.

Na avaliação da Administração, os passivos de curto prazo que não forem cobertos pela geração de caixa operacional, terá suporte financeiro dos acionistas para garantir o equilíbrio necessário a continuidade dos negócios.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 30 de maio de 2017.

(a) Contratos de Energia de Reserva – CER

O contrato de reserva de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por um prazo de 20 anos, contados a partir de 16 de novembro de 2015, ao preço de R\$ 96,97/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de preços ao Consumidor Amplo – IPCA. A partir de 1º de março de 2016 a Companhia passou a faturar os valores definidos em contrato.

Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações relevantes para a Companhia em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2016.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras.

(a) Reapresentação de cifras comparativas

Os saldos de 31 de dezembro de 2015 foram reapresentados conforme a seguir:

	<u>Originalmente apresentados</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldos reapresentados</u>
Não circulante - Imobilizado	156.554	(2.325)	154.229
Total do não circulante	159.562	(2.325)	157.237
Total do ativo	159.816	(2.325)	157.491
Não circulante - Provisão para desmobilização	4.074	(2.325)	1.749
Total do não circulante	45.057	(2.325)	42.732
Total do passivo	74.538	(2.325)	72.213
Total do passivo e do patrimônio líquido	159.816	(2.325)	157.491

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A reapresentação dos saldos patrimoniais (ativo x passivo) foi efetuada para refletir o valor adequado da provisão para desmobilização, registrada no imobilizado e no passivo não circulante (Nota 15). Não houve impacto na demonstração dos fluxos de caixa ou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista, aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Contas a Receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.4 Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados e custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota 15).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, limitada ao prazo de concessão, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Aerogeradores	20
Sistemas de transmissão e conexão	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	20

2.6 Intangível

Composto pelos direitos de uso de ativos para exploração e servidão. O contrato de cessão de direito de uso, transfere o direito de usar o ativo ao contratante pelo período contratado e são classificados como contratos financeiros. Para os contratos financeiros em que a Companhia atua como contratante, os pagamentos foram capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato e, após a entrada em operação, passou a ser amortizado pelo período remanescente do contrato de concessão do parque eólico.

2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa -UGC). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data das demonstrações financeiras.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.9 Financiamentos e debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

2.10 Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerra-se em 30 de junho de 2018;

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

2.11 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras.

A Companhia adota o regime de tributação “Presumido”.

2.13 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia.

Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(i) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde está localizado o parque eólico. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

(ii) Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais (Nota 2.10). A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante o decorrer do exercício de 2016 a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia que identifica, avalia e

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis tem risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia, CCEE.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Total dos empréstimos (Nota 13)	64.391	64.275
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(6.008)	(174)
Dívida líquida (a)	<u>58.383</u>	<u>64.101</u>

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Total do patrimônio líquido	<u>87.362</u>	<u>85.278</u>
Total do capital (b)	<u>145.745</u>	<u>149.379</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	<u>40%</u>	<u>43%</u>

5. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	2016	2015
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Recursos em caixa e em banco (Nota 6)	870	174
Aplicações financeiras (Nota 6)	5.138	0
Contas a receber de clientes (Nota 7)	<u>1.284</u>	<u>-</u>
	<u>7.292</u>	<u>174</u>
Passivos financeiros		
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	64.391	64.275
Fornecedores (Nota 10)	6.903	5.824
Outras contas a pagar	<u>870</u>	<u>365</u>
	<u>72.164</u>	<u>70.464</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Recursos em bancos e caixa	870	174
Aplicação financeira	<u>5.138</u>	<u>0</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>6.008</u>	<u>174</u>

O saldo de recursos em banco e em caixa compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.

Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações financeiras, no valor de R\$ 5.138 estavam investidas no Fundo de Investimento Itau Top DI FIC. O fundo rendeu em 2016 99,81% do CDI.

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

7. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CCEE - ativo circulante	<u>1.284</u>	<u>-</u>

Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, recebido mensalmente. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2016. Este é o 1º ano de fornecimento de energia e, portanto, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia.

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Imobilizado

	Taxas anuais depreciação-%	2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido (Reapresentado)
Máquinas e equipamentos	10%	67	(25)	42	49
Móveis & Utensílios	10%	6	(1)	5	6
Aerogeradores	5%	101.255	(4.269)	96.986	-
Sistemas de transmissão e conexão	5%	8.995	(367)	8.628	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	5%	47.722	(1.630)	46.092	-
Imobilizações e equipamentos em andamento	-	-	-	-	124.130
Contratos de obras e equipamentos em andamento	-	-	-	-	5.481
Capitalização de juros	-	-	-	-	22.814
Provisão desmobilização	-	-	-	-	1.202
Provisão custos socioambientais	-	-	-	-	547
		158.045	(6.292)	151.753	154.229

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está representada por:

	31.12.2015	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2016
Custo	(Reapresentado)				
Máquinas e equipamentos	67	-	-	-	67
Móveis & Utensílios	6	-	-	-	6
Aerogeradores	-	-	-	101.255	101.255
Sistemas de transmissão e conexão	-	-	-	8.995	8.995
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	47.722	47.722
Imobilizações e equipamentos em andamento	124.130	-	-	(124.130)	-
Contratos de obras e equipamentos em andamento	5.481	3.076	-	(8.557)	-
Capitalização de juros	22.814	722	-	(23.536)	-
Provisão desmobilização	1.202	-	-	(1.202)	-
Provisão custos socioambientais	547	-	-	(547)	-
Total do custo	154.247	3.798	-	-	158.045
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	(18)	(7)	-	-	(25)
Móveis & Utensílios	-	(1)	-	-	(1)
Aerogeradores	-	(4.269)	-	-	(4.269)
Sistemas de transmissão e conexão	-	(367)	-	-	(367)
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(1.630)	-	-	(1.630)
Total da depreciação	(18)	(6.274)	-	-	(6.292)
Total do imobilizado líquido	154.229	(2.476)	-	-	151.753

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Intangível

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>31.12.2016</u>
Bens não físicos				
Cessão de uso de solo e servidões	2.634	161	391	3.186
Outros	374	17	(391)	-
Total do custo	<u>3.008</u>	<u>178</u>	<u>-</u>	<u>3.186</u>
Amortização				
Cessão de uso de solo e servidões	-	(182)	-	(182)
Total da amortização	<u>-</u>	<u>(182)</u>	<u>-</u>	<u>(182)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>3.008</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>3.004</u>

Refere-se aos contratos de cessão de uso de solo, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

Os contratos de cessão de uso de solo operacional firmados pela Companhia têm a vigência de 20 anos, prorrogáveis por mais 15 anos e preveem o pagamento anual de R\$89, o que equivalente a 0,74% da energia gerada. O reajuste é feito com base na variação do IPCA, divulgado pelo IBGE.

10. Fornecedores

O saldo a pagar aos fornecedores de máquinas, equipamentos e empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e de engenharia, está assim representado:

Equipamento/Serviço	<u>Valores a realizar</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aerogeradores	-	410
Montagem Aerogeradores	2.338	441
Obras civis	2.039	1.875
Sistemas elétricos	2.468	2.775
Ambientais /Reassentamento	-	34
	<u>6.845</u>	<u>5.535</u>
Tarifas de transmissão	58	77
Outras contas a pagar	-	212
	<u>6.903</u>	<u>5.824</u>

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Com o processo de conclusão das obras de construção em 2016, a Administração da Companhia obteve os respectivos termos de quitação dos contratos de construção dos parques eólicos, exceto daqueles que ainda estão em fase de discussão. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da conta de fornecedores reflete o atual estágio das referidas negociações.

11. Conta de ressarcimento – CCEE

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conta de ressarcimento - CCEE	<u>491</u>	<u>-</u>

Corresponde ao valor da energia não entregue, superior ao limite de 10% da faixa de tolerância prevista no contrato de concessão (Nota 1 a). O acerto financeiro deste montante está sendo efetuado mediante redução nos valores recebidos pela Companhia entre o período de novembro de 2016 a junho de 2017.

12. Debêntures

Em 5 de agosto de 2013, a Reunião do Conselho de Administração das Centrais Eólicas aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures simples, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em uma única série, não conversíveis em ações, no valor total de R\$73.400, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de 1,55% ao ano até 20/08/2014.

Em 18 de agosto de 2014, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, repactuando o vencimento para 20 de agosto de 2015. Foi também alterado a taxa de juros remuneratórios, que passou de 1,55% aa, para 1,20% aa, a partir de 20/08/2014.

Em 18 de agosto de 2015, foi assinado o 3º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, repactuando o vencimento para 16 de fevereiro de 2016. Foi também alterado a taxa de juros remuneratórios, que passou de 1,20% aa, para 1,75% aa, a partir de 20/08/2015. Os recursos obtidos com a oferta foram utilizados na construção do parque eólico.

Com a liberação do financiamento do BNDES, em junho de 2016 foi quitado todo o saldo das debêntures.

13. Financiamento BNDES

Em 6 de outubro de 2015 a Companhia assinou, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o contrato de financiamento nº 15.2.0349.1, no montante de R\$65.316, dividido em subcrédito A no valor de R\$50.942 e subcrédito B no valor de R\$14.374, sendo liberados R\$46.000 em 25/11/2015, R\$14.374 em 14/03/2016, R\$4.942 em 28/06/2016 e R\$183 em 27/12/2016.

A taxa de juros do contrato é de 2,65% a.a. mais a variação da TJLP, com pagamento em 192 parcelas mensais e sucessivas vencendo a 1ª em 15/05/2016 e a última em 15/04/2032.

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia, junto com as demais SPEs e a Holding, devem manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado para todo o grupo em 1,30, o qual em 31 de dezembro de 2016 encontra-se atendido.

Garantias financeiras

As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da Companhia, penhor das ações da Controladora, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER, e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

Vencimento da dívida:	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	4.283	4.324	13.219	42.565
Debêntures	-	-	-	-
Fornecedores	6.903	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	4.597	4.283	13.096	23.604
Debêntures	18.695	-	-	-
Fornecedores	5.824	-	-	-

14. Outras contas a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Comissão de fiança a pagar (a)	467	129
Comissão de compromisso a pagar	-	24
	467	153
Imposto de renda	101	-
Contribuição social	71	-
PIS e COFINS	95	-
Obrigações trabalhistas	27	-
Provisão férias	59	-
Impostos retidos de terceiros	50	115
Auto de Infração ANEEL	-	97
	403	212
Total de outras contas a pagar	870	365

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(a) Em 16 de outubro de 2015, para garantir as obrigações assumidas perante o BNDES, foi contratada uma fiança junto ao Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 65.316, pelo prazo de 24 meses, contados da data de emissão de cada carta de fiança.

Os encargos sobre o valor afiançado são: comissão de 2,25% aa sobre o valor de cada carta de fiança emitida, com pagamento após 12 meses da data de emissão.

Com a conclusão física do projeto atestado pelo BNDES o valor da fiança foi reduzido para 40% da dívida a partir de março de 2017.

15. Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

	31/12/2016	31/12/2015
	<u> </u>	<u>(Reapresentado)</u>
	<u>Circulante</u>	
Provisão para custos socioambientais	<u>573</u>	<u>-</u>
	<u>Não circulante</u>	
Provisão para custos socioambientais	-	1.202
Provisão para desmobilização	<u>1.304</u>	<u>547</u>
	<u>1.304</u>	<u>1.749</u>

(a) Custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial dos parques eólicos, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as condicionantes nela constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, as Centrais Eólicas provisionam os custos socioambientais no passivo não circulante, quando aplicável, e incorpora tal custo no imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2016 o valor da provisão foi transferido para a conta de Fornecedores (nota 10).

(b) Custo de desmobilização de ativos

A Companhia possui responsabilidade sobre a retirada dos ativos do parque eólico, instalados nas localidades sob contrato de cessão de direito de uso de solo (nota 3 i).

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 95.558 (R\$95.252 em 2015), sendo R\$ 166 a integralizar (R\$ 6.731 em 2015), composto por 1.000.755 (Em 2015 997.455) ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas pela BW Guirapá I S.A.

Em 2016, o Santander Participações S.A. efetuou as seguintes integralizações de capital:

Mês	Valor
Janeiro de 2016	416
Fevereiro de 2016	893
Março de 2016	818
Abril de 2016	377
Mai de 2016	2.186
Junho de 2016	486
Julho de 2016	319
Outubro de 2016	95
Novembro de 2016	1.281
	<u><u>6.871</u></u>

b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

17. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita com geração de energia	<u>13.306</u>	<u>-</u>
Impostos sobre faturamento		
PIS	(86)	-
COFINS	<u>(399)</u>	<u>-</u>
Total de Impostos sobre faturamento	<u>(485)</u>	<u>-</u>
Receita líquida	<u><u>12.821</u></u>	<u><u>-</u></u>

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Custo com geração de energia

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depreciação	(6.274)	(6)
Transmissão de Energia	(623)	(104)
Encargos de uso do sistema e controle operação, taxa associativa (ONS, CHESF e CCEE)	(297)	(11)
Penalidade por insuficiência de geração de energia	(491)	-
Serviço de operação e manutenção da usina	(294)	-
Amortização cessão de uso de solo	(182)	-
	<u>(8.161)</u>	<u>(121)</u>

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas com pessoal (i)	(996)	-
Serviços de terceiros (ii)	(187)	(204)
Seguros	(141)	(2)
Serviços notariais e de registro	(23)	(41)
Outras despesas administrativas (iii)	(1)	(141)
Despesas gerais e administrativas	<u>(1.348)</u>	<u>(388)</u>

(i) Despesas com pessoal

Salários, férias, 13º, gratificações	(683)	-
Inss/FGTS	(235)	-
Provisão de férias	(77)	-
Outros	(1)	-
	<u>(996)</u>	<u>-</u>

(ii) Serviços de terceiros

Serviços de segurança	(94)	(27)
Assessoria regulatório	(9)	(64)
Assessoria operações	(13)	(6)
Contabil e societário	(71)	(38)
Consultoria ambiental e fundiária	-	(61)
Outros	-	(8)
	<u>(187)</u>	<u>(204)</u>

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)****(iii) Outras despesas administrativas**

Locação de veículos, equipamentos e fretes	-	(11)
Publicações	-	(36)
Multas de ofício	-	(86)
Despesas gerais	-	(8)
	<u>-</u>	<u>(141)</u>

20. Receitas e despesas financeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas de juros sobre empréstimos BNDES	(6.028)	(427)
Despesas de juros sobre debentures	(801)	(11.035)
Comissão de reestruturação de dívidas	(158)	(1.781)
Serviços de escrituração e controle debentures	(17)	(68)
Despesas com fiança	(1.443)	(153)
IOF	(69)	(11)
Sub-total despesas financeiras	(8.516)	(13.475)
Despesas financeiras incorporadas ao ativo	<u>739</u>	<u>13.475</u>
Encargos sobre financiamentos no resultado	(7.777)	-
Variação monetária passiva de provisões	(133)	-
Outras despesas financeiras	<u>(7)</u>	<u>(30)</u>
Despesas financeiras	<u>(7.917)</u>	<u>(30)</u>
Receita de juros de aplicações financeiras	316	87
Receitas financeiras incorporadas ao ativo	<u>0</u>	<u>(87)</u>
Receitas financeiras	<u>316</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(7.601)</u>	<u>(30)</u>

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de vendas (a)	13.306	-
Presunção imposto de renda (b)	8%	8%
Presunção contribuição social (c)	12%	12%
Demais receitas e ganhos de capital (d)	316	87
Base de cálculo Imposto de renda - Presumido (a x b) + (d)	<u>1.380</u>	<u>87</u>
Imposto de renda: 15%	(207)	(13)
Adicional do imposto de renda	<u>(119)</u>	<u>(2)</u>
Total do IRPJ	<u>(326)</u>	<u>(15)</u>
Base de cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (a x c) + (d)	<u>1.913</u>	<u>87</u>
Contribuição social: 9%	<u>(172)</u>	<u>(8)</u>
Total de CSLL	<u>(172)</u>	<u>(8)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(498)</u>	<u>(23)</u>

22. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia está inserida na cobertura de seguros contratada para os sete parques eólicos pela empresa *holding* BW Guirapá I S.A.: Seguro patrimonial com cobertura de R\$763.202 e o de responsabilidade civil de R\$20.000.

A Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

23. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuiu saldo a pagar de R\$ 189 a Central Eólica Angical S.A., decorrente de ajustes nos custos de sua responsabilidade, na construção da subestação de energia.

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício de 2016 e 2015 foi efetuado pela Central Eólica Inhambu S.A. e pela *holding* BW Guirapá I S.A.

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

24. Contingências

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui processos de natureza civil, todos decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos e, também, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avaliou a expectativa do desfecho desses processos em andamento, entendendo, não haver a necessidade de constituição de uma provisão para contingências.

A Mammoet Wind ajuizou, em 13.4.2016, Ação de Conhecimento em face da BW Guirapá e das Centrais Coqueirinho, Caititu e Tamanduá Mirim (processo 0123408-64.2016.8.19.0001). Nesta ação a autora pleiteia R\$ 253 de Coqueirinho; R\$ 190 de Caititu; e R\$ 253 de Tamanduá Mirim, a título de pagamento de multas contratuais por suposta rescisão injustificada dos contratos celebrados. Além disto, requer a condenação solidária de todas as rés a pagar perdas e danos no valor de R\$ 4.028 e US\$ 530. O valor total da causa é de R\$ 6.600. A chance de perda é possível.

A Confer – Construtora Fernandes Ltda. ajuizou, em 05.01.2016, procedimento arbitral perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem (nº 003/2017), em face da BW Guirapá, e das Centrais Caititu, Coqueirinho, Inhambu e Tamanduá Mirim. A requerente busca a condenação das requeridas no pagamento de R\$ 38.427. A chance de perda é possível.

25. Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2017, foi renovado o seguro patrimonial, no montante de R\$ 769.967 e, de responsabilidade civil no montante de R\$ 20.000, abrangendo todas as empresas controladas pela BW Guirapá. (Não auditado)